O POVO DE AVEIRO

Semanario republicano

PROPRIETARIO E DIRECTOR Francisco Manuel Thomaz Christo

ANNO XXIX

Assignaturas, pagamento adeantado
Portugal e Hespanha: anno 1$300; semestre 650. Colonias portuguezas 1$600, ou 1$300 pagos em Aveiro. Extrangeiro, exceptuando Hespanha, 2$500. — *Numero avulso, 20 réis.*
Redacção e administração—Rua d'Arnellas—AVEIRO

AVEIRO, 18 DE DEZEMBRO DE 1910

Publicações
No corpo do jornal 120 rs. a linha. Pagina d'annuncios — 40 rs. a linha. A linha é contada em columna d'annuncio. Composto e impresso na Typographia do *Povo de Aveiro.*
EDITOR — Manuel Christo

Nº 1:389

AVENTUREIROS!

Isto era uma aventura, uma perigosissima aventura. Um milhão de vezes o dissemos!

N'essa cartada iam jogados os destinos da patria. Um milhão de vezes o dissemos!

Nem dirigentes, nem povo, nem chefes nem soldados, sabiam o que era democracia, o que era republica, e nem uns, nem outros, estavam preparados para democracia e republica. Um milhão de vezes o dissemos!

A republica repetiria todos os processos da monarchia. Seria a mesma coisa que a monarchia. A segunda edição, apenas, *correcta e augmentada*, da monarchia. Um milhão de vezes o dissemos!

Um milhão, sim, um milhão de vezes o dissemos! E ei-lo ahi, em dois mezes, já, abertamente, eloquentemente comprovado!

Surgem heroes de toda a parte. E nós não vemos, nos actos, senão personagens d'opereta!

Apregoam-se e acclamam-se os Pombaes do seculo XX, os maiores legisladores dos tempos modernos. E nós não vemos senão charlatães. E que charlatães! Senão dentistas de praça. E que dentistas de praça! Senão insignificantes. E que insignificantes!

Isto é um pavor! Isto é um horror!

Isto mette medo!

Isto surgiu da mais espantosa anarchia e no meio da mais espantosa anarchia vae vivendo!

Isto ficará na historia chumbado á perna de todos os dirigentes republicanos como uma grilheta, uma verdadeira grilheta d'opprobrio, de vergonha, d'ignominia!

Nenhum se salva. Nenhum! Nem um unico nome! Sobre todos pesa a mais tremenda responsabilidade.

Nenhum ergueu a sua voz, a prevenir, a aconselhar, a protestar. Nenhum!

Nenhum se sentiu com envergadura para arcar com as responsabilidades, as formidaveis responsabilidades do poder em tão graves circumstancias. Nenhum! E todos foram agentes, todos! d'esta anarchia em que viria a subverter-se uma patria, uma raça, um povo infeliz.

Nenhum pensou, nenhum! sequer, no que teria de fazer-se, no que seria preciso fazer-se no dia seguinte ao da revolução. Nenhum! A revolução surgiu sem plano, por um acaso, por um bamburrio, e sem plano appareceu um governo encarrapitado nas culminancias do poder.

Todos os dias as gazetas da situação publicam narrações de heroes. De Rolandos, de Oliveiros, de Amadis de Gaulia, de verdadeiras encarnações de typos dos cavalleiros medievaes, que fizeram maravilhas ou que se propunham fazer coisas monstruosas. Os que o não *foram* estavam *para o ser*. E um batalhão, posto a tempo na rua, um unico batalhão, bem commandado, abafava-os ao nascer.

O burlesco a dominar o tragico! A sobrepujar o drama, o entremez!

Quichote não é da Hespanha. Quichote é da Peninsula. Quichote revive em todos os actos, em todos os gestos da vida portugueza. Mais que hespanhol, Quichote é lusitano.

Cada um dos heroes da revolução encarnou Quichote. Isto é, Quichote não fugia. E elles fugiram quasi todos! Quichote aguentava bellas cargas de pau. Mas não fugia!

Quichote não evitava os perigos. Queria os perigos. Procurava os perigos. E elles, quasi todos, evitaram os perigos!

Mas Quichotes na ancia d'aventuras. Mas Quichotes nos sonhos de gloria. Mas Quichotes na imaginação doentia.

O que sahiria da revolução? O que sahisse! O que seria o governo da nação? O que fosse!

Camartelava-se doidamente no organismo nacional. Mettia-se a alavanca nos alicerces do Estado. A alavanca? A dynamite. A dynamite, para ir tudo pelos ares! E depois? O novo edificio? Qual era o novo edificio? Como se construiria o novo edificio? Não se sabia! Qual era o plano do novo edificio? Não havia!

Isto é unico na historia.

Sim, isto é unico na historia! Isto é inacreditavel! Isto é funambulesco!

Isto não é de homens. Isto é de doidos!

Isto não é uma patria. Isto é um manicomio!

E só nós, mais ninguem, temos, n'esta terra, absoluta auctoridade para o dizer. Porque só nós protestámos, só nós erguemos, sempre, a nossa voz contra estas asneiras, estas borracheiras, estes assombrosos disparates. Prova-se, sem que reste a menor duvida, com a collecção do *Povo de Aveiro*, que ininterruptamente redigimos desde o primeiro numero e que tem 29 annos de existencia. E mais, e melhor se prova, ainda, com o livro que escrevemos em 1898 sobre a revolta do 31 de Janeiro.

Reprovámos, sempre, estes processos. Sempre! Em 13 ou 14 de janeiro de 1897, encontrei na Pampilhosa, por acaso, Bazilio Telles. Minha mãe tinha morrido no dia dez. Eu vim a Aveiro, de Almeida, onde estava desterrado por manobra dos illustres republicanos. Demorei-me tres ou quatro dias n'esta cidade. Portanto, o encontro deu-se n'um dos dias que ficaram referidos.

Eu regressava a Almeida. Bazilio Telles vinha, de conspirar, da Figueira da Foz.

Era tardinha. Bazilio Telles convidou-me a ficar na Pampilhosa até ao dia seguinte. Ficámos. Conversámos. E pela primeira vez — transmittiu-m'o Bazilio Telles — entrava a dynamite, como arma directa, no plano dos revolucionarios.

— Não, atalhei eu immediatamente. Não approvo. Nós vamos fazer uma revolução burgueza. Não haja confusões. A dynamite é um instrumento anarchista. A dynamite é, na revolução, *inimiga nata* do burguez. Ou nós fazemos uma revolução burgueza, ou a revolução volta-se, no dia seguinte, contra nós. E nem ganha a burguezia, nem o proletariado. Nem a republica, nem o socialismo, nem o anarchismo. Perdem todos. Sabe quem ganha? Ou o extrangeiro, ou a reacção. Ou a patria vae ao fundo com a republica, ou voltamos para traz.

Esta foi, desde logo, a minha opinião.

Como em 1890 — lá vem no meu livro bem expresso — eu não queria uma revolução *feita por soldados*. Nem exclusivamente por sargentos. Em primeiro logar, eu não admittia uma revolução exclusivamente militar. Em segundo logar, eu não queria o soldado indisciplinado. Toda a revolta é um acto de indisciplina. Mas do mal o menos. Os regimentos sahiam com o maior numero possivel de officiaes. Sem mescla, na preparação revolucionaria, de officiaes e de soldados. Deus nos acudisse! O soldado a acamaradar com o official? O nosso soldado? Deus nos acudisse!

Mas isso demora mais, objectavam-me. E eu respondia invariavelmente: «Paciencia. Ou queremos salvar isto ou não queremos. Queremos? Não nos serve o processo anarchista, n'uma nação já meia anarchisada. Antes esperar. E, entretanto, façam todos como eu: procurem metter idéas na cabeça d'estes barbaros.»

Eis ahi os factos, agora, a confirmar essas palavras.

Em Portugal não se fez uma revolução burgueza. Fez-se uma revolução anarchista. Fez-se a revolução pelo processo da bomba e da indisciplina directa do soldado. A republica, como pretendia o *grande estadista* e o *grande vidente* José Falcão — lá o digo eu no meu livro sobre o 31 de janeiro — apoiava-se nas mais infimas camadas sociaes. Quem fez a republica em Portugal não foi o burguez, embora a burguezia desse para ahi um certo contingente. Foi, em verdade, o proletario e o soldado.

Consequencias? Essa espantosa indisciplina que ahi vae, tanto no elemento civil como no elemento militar, e que ameaça subverter de um instante para o outro esta terra desgraçada. E as portas do *pronunciamento*, em qualquer caso, abertas de par em par. Porque sobre isso não haja a menor duvida: quando outra coisa se não conseguisse, conseguiu-se reabrir a era dos pronunciamentos militares.

Grandes estadistas poderiam, com pulso e com tacto, levar ainda isto a porto de salvamento. Mas eu conhecia os chefes republicanos como conheço as palmas das minhas mãos. Eu sabia-os, não grandes estadistas, mas grandes parvos.

Como grandes parvos prometteram *tudo quanto havia*, como se o povo, n'esta altura da civilisação, dado o progresso das idéas, morto o sentimento religioso, que era o grande freio, o grande regulador do passado, com a espantosa carestia da vida que ahi vae, portanto assoberbado ou gravemente ameaçado pela miseria, ainda se podesse, como no seculo dezoito, ou nos tres primeiros quarteis do seculo dezenove, por muito tempo *intrujar*.

Como grandes parvos, em vez de se limitarem, proclamada a republica, a dar provas de boa administração e de moralidade, visto que a má administração da monarchia e a sua immoralidade é que haviam revoltado desde o capitalista até ao proletario, em vez de ficarem nas medidas politicas indispensaveis, em vez de preferirem o *colorau* doce ao *colorau* picante para darem cor vermelha ao manjar, fanfarrões e sempre parvos, sem repararem em que as azas com que pretendiam voar tinham a fraqueza das azas de Icaro, logo aos primeiros passos perderam o pé, ficando a nadar entre dois fogos. Entre dois fogos! D'um lado os burguezes, as classes ricas e solidas da nação. Do outro lado os proletarios. As classes ricas descontentes e irritadas. E os proletarios descontentes e irritados.

O direito de greve se não existia pela lei, existia pela conquista dos costumes. Não era preciso vir concede-lo, apressados. Mas concedeu-se? Não se perdia a cabeça com meia duzia de greves, tão pacificas, tão anodinas, que estavam bem longe de constituir uma séria ameaça. Esta gente considera ordem o silencio! Esta gente perturba-se com um grito, com um adjectivo violento de jornal! Um jornal escreve umas phrases violentas? Uma lei para fazer calar esse jornal! Os operarios põem-se em greve? Uma lei para reprimir os operarios!

Insignificantes!

Possuem a coragem collectiva ou a do cão que ladra ao pé da porta. Mas ausencia completa de envergadura de lucta, de civismo, de temperamento de combate.

De maneira que elles não teem o prestigio da boa administração nem o da honestidade, porque quando não estivesse perdido de ha muito, bastaria a nomeação em massa dos amigos, parentes, afilhados e compadres para o deixar muito abalado.

Elles não teem o prestigio intellectual, porque esse foi de cambalhota com actos e leis disparatadas.

Elles não teem força sobre o exercito de terra ou sobre o exercito de mar, porque é tamanha a indisciplina, o espirito anarchico, que nem o proprio exercito de terra ou de mar pode contar comsigo proprio. E' um enygma, prenhe de perigos e ameaças!

Elles não podem contar com as classes conservadoras, porque as classes conservadoras, que os receberam com benevola espectativa, pouco faltou para serem repellidas a chicote.

Elles não podem contar com as classes proletarias, porque as classes proletarias vêem, a dois mezes, apenas, de distancia, que foram *intrujadas*.

Atrazados em tudo julgando-se avançados, estupidos, acclamaram e seguiram a politica de Tartufo, sem repararem que Tartufo, em politica, passou á historia. Até na vida individual, Tartufo é um producto mesquinho que não pode, nunca, por muito tempo aguentar-se.

Se houvessem seguido o caminho que lhes indicavamos, o caminho da lealdade e da verdade, teriam ao menos, hoje, essa força, essa força de coherencia, essa força moral, que é uma força enorme. Poderiam dizer, de cabeça levantada: a republica é isto, e se os senhores bem o sabiam damos isto e não podemos dar mais nada.

Mas elles insubordinaram o soldado, e hoje querem impor disciplina ao soldado. Elles fizeram a apotheose da bomba e hoje querem a bomba recolhida e calcada. Elles declararam que resolviam a questão social, tiveram essa audacia, e hoje lançam um grilhão sobre o proletariado.

Elles não fizeram uma republica burgueza. A burguezia abandonou-os! Elles não completaram a republica anarchista. São incompativeis com elles os anarchistas! Elles não fizeram uma republica socialista. Não terão o apoio dos socialistas!

O que fizeram elles, então? De que vivem elles, então? Fizeram um beco sem sahida. Vivem, já, d'expedientes condemnados.

Elles não podem reunir a Constituinte, porque teem medo do corpo eleitoral. E elles não podem viver em dictadura, porque cada lei que sahe é um novo elemento de perturbação e de desordem, um novo embaraço, mais uma difficuldade, mais um pontapé na fragil peanha de barro em que apoiam o *talento* e a *gloria*.

Isto é um beco sem sahida. Obra de incapacidade esmagadora, de inepcia formidanda.

Isto é uma coisa unica na historia.

Ah, podeis-vos gabar! Vós todos, redemptores! Podeis-vos gabar! Que fizestes uma coisa unica na historia!

O POVO DE AVEIRO

A empreza do POVO DE AVEIRO acaba de encommendar uma nova machina na Allemanha, visto ter já grande difficuldade em satisfazer com o seu machinismo actual as necessidades crescentes da tiragem d'este semanario.

A tiragem do POVO DE AVEIRO já é egual á do «Mundo».

E' um dos maiores successos jornalisticos, se não o maior até hoje conhecido, se attendermos a que se trata d'um jornal semanal e da provincia, sem nenhum interesse de informação, de reclame, ou de lisonja.

Podemo-nos ufanar legitimamente de termos fundado em Portugal o «jornal independente». O jornal liberto de todas as influencias, ou politicas ou de qualquer ordem, e que não faz consistir, como o «Diario de Noticias», a sua independencia n'uma especie de acquiescencia tacita a todos os abusos e ridiculos, na neutralidade benevolente em face de todos os banditismos e de todos os bandidos.

O POVO DE AVEIRO nem cumprimenta todas as «auroras de redempção» que surgem no horizonte d'esta patria, como o «Primeiro de Janeiro», nem prova, como o «Diario de Noticias», que já era republicano ou democrata antes de haver democracia ou republica.

Ao contrario: é impetuoso no ataque, acerbo na critica, irreverente na forma. Mas verdadeiro no fundo. E eis aqui a razão unica do seu successo immenso.

O publico portuguez estava farto de mentiras. Enojado de tanta hypocrisia. Ardendo em revolta contra todos os bandidos, charlatães e idiotas que teem arrastado esta patria a um abysmo.

O successo, o enorme successo do POVO DE AVEIRO, é o mais eloquente testemunho da vitalidade e seriedade do caracter portuguez.

Dizia-se — era corrente entre jornalistas — que nenhum jornal poderia viver sem adular os preconceitos e os vicios do publico. Sem se curvar a imposições de syndicatos ou partidos. Sem acatar, ou, pelo menos, sem poupar quadrilhas.

Pois não é verdade. E a prova... ei-la aqui. Sirva isto de aviso e de exemplo a quantos se sentirem com forças para honrar n'esta terra o jornalismo.

O VOTO HONORARIO

Teem-se amiudado as conferencias entre o illustre presidente do governo provisorio e a illustre feminista doutora Madeleine Pelletier.

Attendendo aos meritos e mais partes do nosso Bombardino, e ainda por ser ministro da extranja, foi sua excellencia chamado a uma das ultimas conferencias.

Mas, desastrado como sempre, fez logo duas *gafes*.

Uma foi começar por allegar os seus quatorze meninos, para mostrar o seu respeito pelo bello sexo. E outra foi propor... o voto honorario para as mulheres.

Ora a doutora, que já andava muito encanzinada com o frack do presidente, foi ao *cumulo* e não se conteve que não dissesse:

C'est bien vrai: les portugais sont toujours gais!

O martyrio do nosso presidente!

Parece que não houve baile. Ficou livre de contradanças o nosso presidente!

O martyrio, informam-nos, não era bem a mesura. N'isso está o nosso presidente um catita. O martyrio era a casaca. Não ha maneira de levar o nosso presidente a pôr casaca. Calção e meia ainda póde ser, porque o nosso presidente, como homem culto — honra lhe seja! — é pela hygiene. Calção e meia refresca a perna. Vá lá! Mas com casaca é que não.

Desunha-se Affonso Costa e Bernardino. Que não ha outro remedio! Exige-o o decoro da patria! A salvação publica! Baldado esforço. O nosso presidente, além do amor democratico, dedica ao seu frack entre preto e russo um especial carinho. Decididamente, não larga o frack!

Mas outra carrapata do protocollo se levanta. Foram ameixas de conserva para o nosso presidente levantar um *viva* á Republica Argentina. Correu-se o risco d'um conflicto internacional. O sr. Sagastume gritou: *Viva a Republica Portugueza!* Agora o vereis! Affonso Costa e Bernardino agarram-se como damnados ao nosso presidente, que ficou mudo e quedo como um penedo. Arrastam-no á frente do camarote. E então o nosso presidente não teve remedio. Mas jurou de nunca mais. E tem rasão!

— Coitado, dizia o Bernardino com ar verdadeiramente maguado, o Theophilo não é para aquillo!

E o Cunha e Costa concordava: o Theophilo não é para aquillo!

E o ecco dos bombardinos repetia:

O Theophilo não é para aquillo!

Quem é para aquillo é Bernardino, maduro no melão, mas verde ainda na figura donairosa e porte altivo. E d'um timbre...

Como o decoro nacional teria crescido, se é elle que tem gritado: *Viva a Republica Argentina!*

Depois da trombeta castelhana, aquella dos Lusiadas, é o timbre mais soante e mais suggestivamente patriotico que n'esta terra tem apparecido!

Varios jornaes extrangeiros se teem referido ao director do *Povo de Aveiro*. Ainda ha pouco o *Berliner Tageblatt*, o grande jornal allemão, conhecido e reputado em todo o mundo. E ha dias a importante revista ingleza *The Saturday Review*.

Das varias referencias elogiosas que nos faz esta revista, só queremos recortar este periodo:

A man of rugged and aggressive independence, in the reign of Dom Manuel he refused to flatter the king; and now that the republicans are triumphant he refuses to flatter the republic.

«Homem de rude e aggressiva independencia não quiz lisonjear o rei no reinado de D. Manuel; e não quer lisonjear a republica, agora que os republicanos estão triumphantes».

Está exacto.

E' assim mesmo.

INSULTOS

A folha da Rua de S. Roque, em Lisboa, orgão do sr. ministro da justiça, tida e havida como tal por todos os republicanos portuguezes em especial, e por todos os nacionaes e extrangeiros em geral, escrevia quarta feira passada:

««O Mundo» começa por entender que não ha dictadura. A dictadura existe quando o poder executivo usurpa as funcções do poder legislativo. O governo actual não usurpa coisa nenhuma. O governo actual recebeu da revolução um mandato amplo que lhe dá não só o direito como o dever de legislar. Está dentro do seu papel e não sahirá d'elle. Nenhuma assembleia pode julgar a sua obra senão a Constituinte. Mas a Constituinte não pode o governo convoca-la sem ter constituido as bases geraes d'uma reconstituição da sociedade portugueza.»

Isto só se escreve em Portugal! Impunemente, só em Portugal!

Só em Portugal se insulta assim um povo, incessantemente, a toda a hora, com uma arrogancia, uma insolencia que demonstraria por si só, quando mil outras coisas não o estivessem sempre demonstrando, o nosso atraso deploravel.

Pois o que é uma revolução, emquanto o povo a não reconhece, senão uma usurpação?

A audacia d'estes *hominhos*, que teem tanto de insolentes como de parvos!

O que é uma revolução, sobretudo uma revolução de caserna, ou sahida de um pronunciamento militar?

A republica portugueza sahiu de um pronunciamento militar. Mas de um pronunciamento militar em condições singularissimas. De um pronunciamento militar com abstenção quasi total de officiaes. De um pronunciamento militar em que foram sargentos, cabos e soldados os agentes principaes. Isto é, se ha governo, se ha regimen, que precise da sancção nacional, é o governo, é o regimen sahido do movimento de Lisboa.

Como se prova que o paiz apoiou, applaudiu, approvou o regimen proclamado no dia 5 de outubro? Nem Lisboa, sequer, fez a revolução. Nem Lisboa! A revolução, repetimos, sahiu de uma revolta militar. Foi diminutissimo o numero de civis que se pozeram a combater ao lado d'ella. Mas ainda que Lisboa houvesse feito a revolução, se é certo que o paiz não é Lisboa como se prova que o paiz reconhece o movimento de Lisboa?

Como?

Pelas listas de cidadãos que teem ido inscrever os seus nomes, por esse paiz fóra, nos registos das commissões parochiaes?

São comicos. Muito insolentes, muito atrevidos. Mas, como sempre dissémos, acima de tudo burlescos, comicos, e estupidos algumas vezes.

N'outra parte d'este jornal desafiam-se, e muito bem, a *publicar o nome de todos os portuguezes que até hoje teem adherido á republica perante as commissões municipaes e parochiaes.*

Diz-se, e muito bem, que conhecida, como é, a população do paiz, fica-se logo sabendo, por essa publicação, se é ou não certo que o paiz, como pretendem as gazetas da situação, *está ao lado do governo provisorio.*

Vamos! Querem provar d'essa fórma que o paiz reconheceu o movimento de Lisboa? Venham os nomes dos que se teem inscripto no partido republicano desde 5 d'outubro até hoje. Venham os nomes!

Mas se não veem, como de facto não veem, porque a prova seria *estrondosamente* e *esmagadoramente* negativa, qual é a outra maneira de demonstrar, sem eleições legislativas, que o paiz está ao lado do governo provisorio?

Vamos! Não querem eleições constituintes ou eleições legislativas? Então, ao menos, um plebiscito. Vamos! Se não pódem ser democratas sejam ao menos napoleonicos. Vamos!

O que fez a primeira republica franceza, essa republica que tem sido modelo de todas as republicas? Essa republica tão accusada, ao mesmo tempo, de *absolutismo*, de *tyrannia*, de todos os horrores e maleficios?

O que fez, cidadão ministro da justiça? O que fez, estupidos rabiscadores da papeleta que representa as opiniões do sr. ministro da justiça?

O povo de Paris revoltou-se em dez de agosto. Assaltou n'esse dia as Tulherias. O rei foi *suspenso* e feito prisioneiro. Qual foi o procedimento da camara, *que n'esse mesmo dia e a essa mesma hora estava reunida?*

Attendam a isto todos os leitores, que é necessario dar severas licções a estes imbecis. A camara, a *assembleia legislativa*, estava reunida. O que fez ella? Resolveu depôr o rei? Não. Oiçam, que isto é importantissimo! A camara era a camara. Era a soberania popular. E bem legitima! Era a França. Mas a camara não tinha sido eleita para um caso d'aquella natureza. Então o que fez ella? Oiçam, que isto é importantissimo! A camara, a *assembleia legislativa*, acatou a vontade do povo de **Paris**. Não resistiu. Mas resolveu *immediatamente* convocar uma outra camara, a Convenção, para que essa, com poderes especiaes, podesse resolver com legalidade e segurança sobre a grave crise aberta pela revolução de dez de agosto.

Isto é que é democracia! Ouviu, sr. ministro da justiça? Ouviram os rabiscadores da papeleta que ousam escrever *que não ha dictadura*, que o governo actual *não usurpou coisa nenhuma, que recebeu da revolução um mandato amplo que lhe não dá só o direito como o dever de legislar?*

O atrevimento d'estas creaturas! Que só fica impune n'um paiz abatido como este!

A *assembleia legislativa* resolveu... *renoncer à maintenir les autorités constituées* (renunciar a manter as auctoridades constituidas). A *assembleia legislativa* resolveu mudar immediatamente o juramento. E immediatamente cada um dos seus membros disse: *Au nom de la nation, je jure de maintenir de tout mon pouvoir la liberté et l'égalité ou de mourir à mon poste* (em nome da nação juro manter com todo o meu poder a liberdade e a egualdade ou morrer no méu posto). Mas immediatamente tambem, sobre relatorio de Vergniaud, a *assembleia legislativa... Vu les maux de la patrie, et considérant que ces maux dérivent principalement des défiances qu'a inspirées la conduite du chef du pouvoir exécutif dans une guerre entreprise en son nom contre la constituion et l'indépendance nationale* (vistos os males da patria e considerando que esses males derivam principalmente das desconfianças que a conducta do chefe do poder executivo inspirou n'uma guerra emprehendida em seu nome contra a constituição e a independencia nacional) e attendendo a que, n'essas circumstancias extraordinarias ella não pode... *concilier ce qu'elle doit à sa fidélité inébranlable à la constitution avec sa ferme résolution de s'ensevelir sous les ruines du temple de la Liberté, plutôt que de la laisser périr*, **qu'en recourant** *à la souveraineté nationale* (conciliar o que deve á sua fidelidade inabalavel á constituição com a sua firme resolução de mais facilmente se sepultar sob as ruinas do templo da Liberdade que deixa-la morrer, **senão recorrendo á soberania nacional)** *l'Assemblée nationale décrète* **que le peuple français est invité à former une Convention nationale** *et que le chef du pouvoir exécutif est provisoirement suspendu de ces fonctions, jusqu'à ce que la convention nationale ait prononcé sur les mesures qu'elle croira adopter pour assurer la souveraineté du peuple et le règne de la liberté et de l'égalité* (a Assembléa nacional decreta **que o povo francez seja convidado a formar uma Convenção nacional** e que o chefe do poder executivo fique provisoriamente suspenso das suas funcções até que a Convenção nacional se tenha pronunciado sobre as medidas a tomar para assegurar a soberania do povo e o regimen da egualdade e da liberdade).

Ora isto é que é correcto. Isto é que é respeito da soberania da nação. Isto é que é democracia. Isto é que é honrar-se a si proprio honrando um povo.

Por isso dissemos no numero passado, e hoje repetimos, que o que se está fazendo n'este paiz nunca se fez, nunca se viu, em paiz algum do mundo.

Em dez de agosto, pois, foram as Tulherias assaltadas e preso Luiz XVI com toda a sua familia. No dia immediato foi o suffragio universal decretado pela Assembleia legislativa. Todo o francez maior de 21 annos de edade, domiciliado em França ha mais d'um anno e vivendo do seu trabalho, tinha direito a votar. A 19, o exercito prussiano penetrou, atravessando a fronteira, no territorio francez. Ninguem se perturbou! Ninguem reclamou dictadura! Ninguem pediu, nem pensou, em adiar as eleições!

A 20, os prussianos atacaram e tomaram Longwy. A 2 de setembro, tomaram Verdun. A 5, pozeram-se em marcha sobre Paris.

Se fosse cá, iam para o museu dos coches trinta ceroilas do sr. ministro da justiça, e o França Borges estoirava a berrar por dictadura!

De 7 a 10 de setembro realisaram-se as eleições. A 21 reuniu-se a Convenção, a nova camara, e n'esse mesmo dia aboliu a realeza. A 22, proclamou a Republica.

A Convenção instituiu o seu *governo revolucionario*, elegeu o seu *Comité de salvação publica*, mas nunca deixou de funccionar, como depositaria da soberania popular e mandataria de todos os poderes. O *governo revolucionario*, o *Comité de salvação publica*, era simplesmente uma especie de ministerio, uma commissão executiva. Se houve *dictadura*, foi a propria Convenção, a camara, o paiz legitimamente representado, que exerceu a dictadura.

Em 1830 foi desthronado Carlos X. No mesmo dia se reuniu a camara e ella propria proclamou Luiz Filippe.

Em 24 de fevereiro de 1848 o povo de Paris terceira vez destruiu um throno e segunda vez proclamou a republica. Logo em 4 de março, ou **oito dias depois,** o governo provisorio convocou os collegios eleitoraes para 9 d'abril, dia em que se realisaram as eleições.

Em 4 de setembro de 1870, quarta vez cahiu um throno e terceira vez foi proclamada a republica franceza. Andava a França em guerra. Estava a França invadida. O exercito allemão occupava uma grande parte do territorio. As eleições eram impossiveis. Mas no mesmo dia, 28 de janeiro de 1871, em que foi assignado o armisticio, se convocaram os collegios eleitoraes para d'ahi a **onze dias.** Realisam-se as eleições em 8 de de fevereiro e em 12, uns quatro dias depois, a camara reuniu-se.

Nunca se fez, nunca, em paiz algum do mundo, o que se está fazendo n'este paiz. O que se está fazendo n'este paiz demonstra eloquentemente que os republicanos, os *soi disant* republicanos, são os primeiros que não estavam preparados para republica, os primeiros que não sabem o que é republica, os primeiros que são indignos da democracia.

Elles não sabem—dizemol-o com profunda verdade e, por isso mesmo, com profunda convicção e sinceridade absoluta—o que é democracia.

Elles não sabem o que pedem quando reclamam uma republica como a da Suissa.

Elles não sabem nada. Elles são uns inconscientes. Elles andam no mundo por ver andar os outros. Só differem dos pretos em serem na apparencia mais brancos, pois no cerebro são tão pretos como elles.

Isto é uma vergonha. Uma grande vergonha. Não sabemos o que pensará de nós o mundo culto. Mas certamente nos considera peores que os selvagens: uns verdadeiros bacorinhos.

E falam elles da Hespanha! A republica hespanhola foi proclamada pela camara. Nunca fez dictadura. E do seu respeito pelos principios democraticos fala bem alto a circular que adeante publicamos.

Das quatro republicas, emfim, Suissa, França, Hespanha e Portugal, é esta ultima a primeira que escandalosamente attenta contra os principios fundamentaes da democracia.

Estava-nos reservada essa gloria!

O Feminismo

Como já dissemos no ultimo numero, chegou a Portugal a senhora doutora Madeleine Pelletier, uma das *campeonas* do feminismo em França. Veio attrahida pelas *patacoadas* dos nossos *redemptores*, que, ao mesmo tempo que fazem uma terrivel lei de repressão para a imprensa, ao mesmo tempo que regulam despoticamente o direito de gréve, ao mesmo tempo que dissolvem a familia com a lei do divorcio, ao mesmo tempo que annullam com a lei do inquilinato o direito de propriedade, ao mesmo tempo que annunciam uma lei eleitoral que é o mais completo ludibrio do direito do suffragio, promettem... conceder o voto ás mulheres!

E não ha um terremoto que subverta este paiz ou... um raio que nos parta!

A proposito citámos um artigo que a doutora Madeleine Pelletier publicou em 1906 no *Européen*, e a resposta que lhe démos em dois artigos do *Povo de Aveiro*. Ora visto isso e os autos, já que principiámos digamos o resto. Vem muito a proposito. Tem opportunidade.

No artigo de 7 de janeiro pouco dissémos, como se viu. Mas no artigo de 14 de janeiro do referido anno de 1906, dissémos mais alguma coisa. Ora vejamos:

Toda a gravidade do *feminismo*, dizia eu na ultima carta, está na diminuição da procreação. A mulher só pode ser egual ao homem quando deixar de conceber.

Este facto é incontestavel, por mais que o tentem sophismar ou disfarçar. E ainda bem que alguns dos campeões do *feminismo* o vão já reconhecendo abertamente.

A doutora Madeleine Pelletier, no artigo já por nós citado, escrevia: «A maternidade não é uma funcção social mas uma funcção physiologica, que, como a paternidade, não é obrigatoria. A sociedade não tem nada com isso... A maternidade não constitue para a mulher nem um titulo de gloria, nem um direito a vantagem de qualquer ordem... Não é sobre o terreno da differença dos sexos, mas sobre o da egualdade, que o feminismo se deve collocar.»

Muito bem. A senhora Magdalena põe a questão perfeitamente. E quando dizemos perfeitamente queremos dizer: no campo da logica.

Para que a mulher tenha os direitos do homem é necessario que seja egual ao homem. Mas essa egualdade não existe se a mulher conceber. Ora quem a obriga a conceber? A maternidade *não é obrigatoria;* a maternidade não é uma *funcção social;* é uma *funcção physiologica.*

Bravo, senhora Magdalena!

A senhora Magdalena percebeu admiravelmente que se *ia tudo por agua abaixo* desde que a mulher continuasse na sua funcção *animal*, já que lhe não quer chamar social, de deitar meninos ao mundo. A maternidade tem incommodos, como todos nós sabemos, e grandissimos incommodos. Como havia a senhora ministra, e a senhora deputada, de se mexer com o desembaraço que tão altos cargos reclamam, de berrar, de barafustar, de mostrar os punhos ao adversario, de quebrar carteiras, durante o periodo da maternidade? Como havia a senhora soldada de montar a cavallo ou de pôr a mochilla ás costas? Impossivel! A não ser que houvesse batalhões d'amazonas destinadas á guerra, exclusivamente, e um viveiro de donzellas para prover os parlamentos e os ministerios. Mas isso tinha perigos. Todas queriam ser do viveiro e das amazonas. Tinhamos a guerra das mulheres, tão pavorosa, tão horrivel, que, ao pé d'ella, as mais feias guerras dos homens, que a historia regista, seriam verdadeiros brinquedos de creanças.

Ainda havia outro meio. Era dar ferias durante os mezes mais incommodos da maternidade. Porém isso impunha a obrigação do periodo gestativo, para todas as mulheres, e em todo o mundo, começar e acabar ao mesmo tempo. Os homens tomando os gatos por modelo! E o progresso é capaz de lá chegar. Mas parece-nos difficil.

Chegue ou não chegue, e venha o futuro a dispôr como quizer, por emquanto—e nunca o haverá melhor—só ha um meio radical, facil, commodo e alegre: é a mulher pôr ponto final na maçadoria dos nénés.

Mas depois?

Depois... é questão de resolver o problema. Será possivel reproduzir a especie por meio de semente? Arranjar uma droga que, em retorta de vidro, forja de ferreiro, ovo de pata e chocadeira artificial, de qualquer fórma, dê meninos?

Não sei se é possivel. Eu creio no poder infinito da sciencia! Eu espero tudo do futuro!

Deus nos livre de affirmar que o problema seja insoluvel. Mas, francamente, não lhe vejo furo.

Não julguem que estou a brincar. Isto—hei de dize-lo sempre—é muito mais sério e muito mais grave do que se imagina. Toda a tendencia *feminina* é para a esterilidade. A mulher moderna não quer ter filhos. As *patarregas*, coitadas, ainda se conformam. Mas as elegantes, as espirituaes, as intellectuaes, *não querem*. E' essa a corrente em todo o mundo. Não o ignora quem lê alguma coisa, e quem, na propria Parvonia, tem olhos para vêr, para observar.

Então onde vamos nós parar? As *patarregas* diminuem dia a dia. A intelligencia vae avassallando o sexo fragil, como avassallou o sexo forte. D'aqui a pouco não ha senão intellectuaes, espirituaes, que o mesmo é dizer: emancipadas.

E depois?

Emquanto ellas eram *estupidas*, a gente dizia-lhes: «Eis ahi a sua missão. Custa-lhe? Tenha paciencia. Não veio ao mundo para outra coisa.»

Mas agora, que ella, a talentaça, a cidadã, se convenceu de que o homem é o seu tyranno, o seu verdugo, o seu algoz? Agora, que ella se possuiu de que a vida para o homem é um *verdadeiro mar de rosas*, e de que todas as dôres e soffrimentos teem sido só para ella?

Agora... é soprar-lhe ás botas. Demais a mais foi o proprio homem, aquelle que, por escarneo, se denomina intellectual sendo idiota, que lhe levou ao espirito essa convicção.

Agora... não estão para soffrer mais. Agora... não estão para maçadas.

Querem gosar, *como nós*. Querem pandega. Chegou o seu regabofe.

Como nós, disse eu. Mas aqui é que o disse por zombaria, é que o disse a brincar. Como nós, não. Ellas não querem esta lucta medonha da vida, em que o homem rasga as entranhas, dilacera o coração... para viver. Em que o homem verte lagrimas, e tantas vezes lagrimas de sangue... para arranjar um boccadinho de pão para comer. Em que o homem bate com a cabeça nas paredes, e quantas vezes se não cobre d'ignominia, se não enche de vergonha!... para lhes satisfazer, a ellas, as exigencias, os caprichos. Porque ellas, e os seus paladinos idiotas, só se lembram das tyrannias dos homens sem se lembrarem nunca das tyrannias das mulheres. Porque só se lembram dos homens que não teem alma, esquecendo-se das mulheres que não teem coração. Só se lembram das mulheres que choram e soffrem por causa dos homens, sem se lembrarem, jámais, dos homens que choram e soffrem por causa das mulheres.

Levanto n'este instante a cabeça de cima da minha banca de trabalho, porque ouço o chilrear de umas creanças que passam. Ah! conheço-as. Conheço-as muito bem. E' o pae que vae com ellas... a servir-lhes de mãe. A mão fugiu-lhes... n'uma d'essas noites de tempestade tão communs para as mulheres. Fugiu-lhes... sem ouvir os gritos das creancinhas que a chamavam, que a imploravam. Fugiu-lhes... e seguiu, seguiu, sem um arrependimento, sem um remorso, sem que o coração lhe désse uma pancada no caminho, fazendo-a voltar atraz.

Ah! quantos paes eu conheço a servirem de mães! Quantas creancinhas que só tiveram pae! Quantas creancinhas que nunca conheceram mães!

Gosar como nós, não. Nós não tinhamos as dôres da maternidade. Mas tinhamos, á busca do grão para alimentar os filhos, nos beiraes dos telhados, nas profundezas da terra, na immensidade do mar, no cerrado da floresta, luctando com a chuva, com o frio, com o vento, com as viboras, com os lobos, com os tigres, com tudo, com todos, com o soffrimento, com a morte... mas tinhamos as dôres cruciantes, as dores tremendas da paternidade. Como nós, não. Como gosava Eva no paraiso... não sabemos se para nos arrastar de novo á perdição. Que, diga-se em honra e justiça da primeira mulher que veio ao mundo, Eva não trabalhava, como não trabalha esta *revoltada*, que, proclamando a *egualdade*, não levanta uma *palha do chão*. Tem creadas, tem escravas para tudo. Eva não trabalhava, mas andava nua. E a *revoltada* dos tempos actuaes não dispensa rendas caras, sedas, velludos e brilhantes.

A intellectual, a espiritual, a emancipada não quer mais ter as dores da maternidade. Ser mãe não é uma funcção social, é uma funcção physiologica. E a funcção physiologica pode mesmo existir sem os riscos da maternidade! A funcção social é... trincar a maçã da vida airada. Folgar, rir, mandar.

Acaba-se o mundo? Não se acaba o mundo. Expulsa-se o homem do paraizo pela segunda vez. «Até aqui nós tinhamos as dores da maternidade e elle as da paternidade. Pois de futuro elle que as tenha ambas, elle que as tenha todas. Nós vestiremos calças... para gosar. Elle que vista saias... para gerar, e, tambem, para trabalhar.»

Egoismo feróz! Egoismo revoltante!

Não é uma obra de emancipação, uma obra de justiça, a que esse feminismo desvairado reclama. E' uma obra de anarchia, uma obra de iniquidade!

Assim diziamos. E assim dizemos. Porque ainda hoje estamos de plenissimo accordo!

Fogões Electricos
E MAIS APPARELHOS DE AQUECIMENTO
Arthur Gottschalk
ENGENHEIRO
Lisboa — R. de S. Paulo, 103, 1.º

Um testamento

Deixou de ser governador civil de Aveiro o sr. Albano Coutinho. Que vá em paz! Mas que saibam os leitores d'este jornal, que saiba todo o mundo, que tivemos e temos na mão, contra elle, a vingança mais terrivel que se pode tirar d'um homem!

O sr. Albano Coutinho, que nunca tinha tido, aliás, comnosco, a questão mais insignificante, procurou, **sómente,** attrahir sobre nós um assassinato. A nossa prisão, a nossa ultima prisão, porque foi a **quinta** vez que os republicanos nos levaram ao carcere, foi combinada entre elle, varios miseraveis de Aveiro, a gente do *Mundo* e da *Lucta*, todos commandados por Affonso Costa. O plano foi claro, patente, eloquente. Não deixou duvidas a ninguem. Preso o director d'este jornal,, Albano Coutinho, o homem de Mogofores, governador civil de Aveiro, telegraphava para os jornaes de Lisboa, substituindo-se aos varios barbeirolas que esses jornaes costumam ter como correspondentes nas terras de provincia, participando, não só a nossa prisão, como a hora certa da nossa chegada á capital. Entretanto, a *Lucta* e o *Mundo* incitavam contra nós a plebe fanatisada. E independente d'isso, varios grilhetas de Lisboa apalavravam outros grilhetas para nos irem esperar.

O que resultaria d'essa *manobra?* O que se podia, racionalmente, logicamente, esperar que resultasse? Um attentado. Claro como agua! Era o mais certo. Era o mais provavel. O contrario é que seria o imprevisto, é que seria o inesperado. Só nos poderia salvar um acaso feliz. A *muita sorte!*

Portanto, Albano Coutinho, o homem de Mogofores, foi cumplice d'essa revoltante e atroz tentativa de assassinato. Como vingar-nos melhor que tornando publica a maldicção, a solemne e terrivel maldicção que sobre elle arremessou seu pae do leito da morte?

E' pavoroso, esse testamento. Pavoroso! Faz—e não ha n'isto exaggero de rhetorica—arripiar as carnes! Uma duzia de vezes o tivemos na mão. Mas doía-nos tanto, ao lê-lo, o nosso coração de pae, eramos tão incapaz, como pae, de dizer aquillo d'um filho n'um documento publico, a frio, por mais justiça que nos assistisse, por mais aggravos que d'esse filho tivessemos, e como filho sentir-nos-hiamos tão esmagado, tão aniquilado, se um pae de nós dissesse a vigesima parte, que uma duzia de vezes o atirámos para dentro da gaveta, quando já prestes a manda-lo publicar.

Vae com Deus, desgraçado! Não te perdoou teu pae. Perdoâmos-te nós!

Reforma eleitoral

Com grande pasmo, lemos, segunda feira, no *Paiz:*

Diz-se que o governo está resolvido a acabar com o caciquismo das provincias e para isso vae fazer a reforma da lei eleitoral de modo que em cada districto se vote em cinco candidatos a deputados, com excepção de Lisboa e Porto, onde serão votados 15 e 10 candidatos respectivamente, sendo o apuramento feito nas assembleias primarias e o apuramento geral unicamente em Lisboa. Em resumo parece-nos que a ideia geral será:

1.º Os eleitores de todos os districtos votarão em listas de cinco nomes, com excepção de Lisboa e Porto.

2.º As votações districtaes não dão origem ao vencimento da eleição para deputados, visto que os mesmos candidatos podem ser votados em um ou todos os districtos do paiz.

3.º Os deputados da nação serão 150 segundo a ordem da votação, ficando os excedentes votados fóra da camara, mas com direito a substituir (segundo a ordem da votação) as faltas que se derem na camara por fallecimento ou impedimento legal (superior a 8 dias) de qualquer deputado.

Com grande pasmo lemos isto, dissemos e repetimos. Objectará todo o mundo: «Mas então você tambem é parvo, a pasmar, ainda, dos dislates d'estes typos!»

Serei parvo, sim senhores. Mas que querem? Eu nunca me pude conformar, nem com uma grande estupidez nem com uma grande villania. Quero dizer: custa-me sempre a crer n'um grande acto de deslealdade, de intrujice ou de villania. Sempre! N'esse ponto, qualquer pessoa me engana. Estão-me a mentir indecorosamente? A mim custa-me a acceitar que me estejam mentindo indecorosamente. Se me convenço, o mentiroso pode fugir. Não lhe perdôo. Em compensação, parto sempre do principio de que me estão falando com lisura, tratando commigo lealmente.

Assim é com a estupidez. Eu pasmo, sim senhores, de ver um homem, seja quem for, commetter um acto de grande estupidez. Eu pasmo sempre. Eu nunca me conformo. Sobretudo tratando-se de pessoas que tinham obrigação de ser intelligentes.

Não se riam. Eu affirmo assim, embora, talvez, por uma fórma pittoresca, um facto real e positivo. Ha pessoas com a estricta obrigação da intelligencia. Por exemplo, o sr. ministro do interior.

Pois será possivel? O quê? O sr. Antonio José d'Almeida vae ligar o seu nome áquelle attentado, áquella porcaria?

Oh, céos! Eu chego a suppor que estou na lua. Quantas vezes me ponho a olhar em roda e a dizer: mas onde estou eu? Mas que demonio foi isto? Eu estou doido? Eu perdi a cabeça? Eu não vejo bem? Levou o diabo o planeta e eu fui arremessado, sem sentir, para outro *extremo do infinito?* E páro, para me certificar. Podem crer que interrompo, ás vezes, a leitura dos meus livros, o curso da minha escripta, para observar se estou ou não no mesmo sitio.

Se foi o planeta que voou, não dou pelo logro. Mas, n'esse caso, se é differença d'ares, não póde ter endoidecido sómente este ou aquelle. Foi mal que veio a todos! E francamente, por mim, parece-me que fiquei na mesma. Se fui eu que voei, então deve ter mudado este escriptorio, esta bibliotheca e o aspecto da cidade, da paizagem, da natureza. Olho em roda, corro á janella, e tudo na mesma.

Então, pasmo! Então, invade-me o assombro! E não ha pasmo nem assombro que me deixe curado para outro caso identico. Pasmo sempre!

Com Deus, com a Virgem Santissima, com o diabo do inferno ou com trezentas pipas: eu não creio que um ministro seja capaz de pôr o seu nome por baixo d'aquillo!

Por outro lado, ha muito que se vem dizendo coisas tetricas da reforma eleitoral. Ha muito que se vem dizendo que é a reedição da *ignobil porcaria*. Ha muito que se affirma que ha de ser, não uma lei de suffragio, mas uma lei de defesa de regimen.

Por outro lado ainda, o sr. ministro do interior chamou ao seu gabinete, um dia d'estes, os jornalistas de Lisboa. Eu vi isso noticiado. Seria para lhe mostrar aquillo?

O' sr. Antonio José d'Almeida, pelo amor de Deus tenha dó de si! De si, senhor! De si!

Não temos má vontade nenhuma ao ministro do interior. Não ha duvida que é um homem intelligente. Mas se aquillo é certo, é o naufragio mais desastroso do ministerio.

Acautele-se, sr. Antonio José d'Almeida! Acautele-se! Brito Camacho e Affonso Costa querem companheiros de desgraça. Sobretudo Affonso Costa. Não que Brito Camacho seja melhor do que elle. E' peor. Não que Brito Camacho seja mais amigo do ministro do interior. Detesta-o a valer. Mas porque Affonso Costa está mais compromettido que Brito Camacho.

E' uma vergonha, uma grande vergonha, que a republica esteja a seguir, em tudo, os processos da monarchia. Uma vergonha que redunda n'um descredito. A republica está-se a desacreditar. A perder todo o prestigio.

A' face de bons principios não ha defesas de regimens. Mas não levemos tão longe o absoluto da doutrina. Admittamos que a republica force a mão para se defender. O que é necessario é que o faça ao menos com decoro. E' que não attente, então, ultrajantemente, contra os principios fundamentaes da democracia.

A monarchia defendia-se da entrada dos republicanos no parlamento com tricas ignobeis e leis infames. Contra isso protestou, encontrando echo, e longo echo, na consciencia publica, o sr. Antonio José d'Almeida e todos os republicanos. Como ha de ir, agora, o sr. Antonio José d'Almeida, pelo facto de ser ministro em vez de ser deputado da opposição, praticar o que tanto censurou?

Não póde ser. Além d'um attentado aos principios, além d'um erro politico, seria mesmo, pessoalmente, um acto indecoroso.

Não estamos a atacar, que o sr. Antonio José d'Almeida ainda não disse, em publico, as suas intenções. Estamos a prevenir. E muito desejamos ter motivos, não para atacar mas para applaudir.

Ha muitas maneiras de defender um regimen. Em absoluto, ninguem nega o direito de defesa a um regimen. Mas que não haja confusão entre defesa e roubo. Eu tenho o direito de defender a minha vida. Mas não tenho o direito de matar senão no ultimo extremo. Eu tenho o direito de defender a minha bolsa. Mas o que nenhuma lei me dá, nem nenhum principio de moral, é o direito d'ir, para isso, roubar a bolsa aos outros.

O regimen não se defende com medidas constitucionaes. Defende-se com medidas preventivas. O regimen póde e deve nomear para commandar uma divisão ou dirigir um districto pessoa da sua sympathia ou da sua confiança. Mas não póde restringir o suffragio, viciar o suffragio, ou roubar a urna. Não pode escamotear votos nem espingardear os eleitores.

A republica está a soffrer o resultado —e cedo os começa a pagar—dos seus enormes erros.

Estava ou não estava o paiz preparado para a republica? Se estava, o que significa o terror do cacique? O que significa esse vergonhoso processo de fazer o apuramento geral em Lisboa? E ainda mais, o de converter n'um circulo eleitoral todo o paiz?

Isso é mais do que uma vergonha. E' uma acção porca. E' uma perfeita indecencia.

O apuramento geral em Lisboa para que serve? Para evitar a falcatrua dos caciques? E quem evita a falcatrua dos *politicos?* Quem garante que se não fará no ministerio do interior a falcatrua que se quer evitar nas assembleias de apuramento?

Fazer votar por todo o paiz o candidato A ou B, que não pode arrancar a maioria dos suffragios n'este ou n'aquelle circulo, ou em circulo uninominal ou circulo pluronominal, é uma verdadeira patifaria. Já se não chama viciar o suffragio. Já se não chama burlar o eleitor, sophismar a soberania, anavalhar o principio representativo. Chama-se apenas uma completa patifaria.

Se a republica não tinha elementos eleitoraes, se não dispunha da maioria do paiz, acceitasse o cacique, até que a evolução dos tempos, dos costumes e das idéas désse os fructos apetecidos. Essa era a tactica. Era o que recommendava o bom senso. Fazer de fanfarrão e de valentão com o cacique, para o regimen se converter, afinal, no mais perigoso, mais ultrajante e mais tyrannico dos caciques, é, alem de desvergonha, falta de juizo.

Se o paiz não estava preparado para a republica, só um caminho, um só, estava apontado aos republicanos: preparar, educar o paiz. Enganaram-se? Proclamaram a republica julgando que o paiz podia comprehender e, portanto, executar, com certa pureza, o regimen? Retrocediam. Não queriam? Então ladeavam a difficuldade com uma politica d'attracção. Uma politica habil. Prudente.

Acabar com o caciquismo! Que hypocrisia! Não é acabar com o caciquismo. E' arvorar o caciquismo da republica sobre a ruina do caciquismo da monarchia.

Democracia

Vão n'outra parte umas informações interessantes sobre as republicas e as revoluções em França. E' preciso que o paiz saiba. Que tenha conhecimentos sociaes e conhecimentos historicos, pelo menos as luzes do assumpto que se podem beber n'um jornal. Porque só assim instruido, porque só assim orientado pode fazer idéa exacta d'esse sobado africano, que sob o nome de Republica, hoje existe em Portugal.

N'esse proposito damos a seguir outro documento interessante.

A republica hespanhola foi proclamada a 11 de fevereiro de 1873, pela camara, depois da celebre mensagem de Amadeu, abdicando. As côrtes funccionaram quasi até ao fim de março e em maio realisaram-se novas eleições. No dia 5 d'este mez expediu Pi y Margall a notabilissima circular que se vae ler.

Ponham ahi os olhos, todos! Todos, e sobretudo os republicanos!

Accordae, republicanos, accordae! Não queremos a republica perdida, queremo-la salva. Mas se as coisas continuarem pelo caminho em que vão, a Republica não se aguenta. Olhem que não se aguenta! Di-lo quem, em coisas politicas, nunca, até hoje, se enganou.

A Hespanha não estava preparada, como o não está Portugal. Mas em Hespanha, ao menos, havia Pi y Margall, Castelar, Salmeron, Figueras, e muitos outros de valor extraordinario. Em Portugal não ha senão mediocridades, e tão divididos por ambições e invejas como os grandes homens da republica hespanhola.

Eis a circular:

Estando proximas as eleições de deputados ás Côrtes julgo conveniente recordar a V. S. o criterio do governo em tão importante assumpto. O ministro que subscreve esta circular não considera melhor governador aquelle que procure o triumpho de maior numero de deputados affectos á sua causa, mas o que mais neutral saiba conservar-se em face da lucta dos partidos. O mais merecedor de governar uma provincia será o que mais respeitar a lei, o que melhor garanta o direito de todos os candidatos e a liberdade de todos os eleitores. Não se implantou a Republica para perpetuar abusos mas para corrigi-los e termina-los; e, por certo, não satisfaria os desejos do Poder executivo aquelle que, inspirando-se na conducta de auctoridades de outros tempos, exercesse a menor violencia ou a menor coacção para dar a victoria a quem quer que fosse, mesmo ainda aos mais leaes amigos do governo. Longe de se servir de taes meios, deve V. S. impedir a todo o transe que os empreguem os seus agentes e os representantes quer do municipio, quer da provincia.

Quando nos não impozesse esta conducta a severidade dos nossos principios e as promessas que na opposição fizemos, não esqueça V. S. que no-la exigiriam as circumstancias e a nossa propria conveniencia. Muitos candidatos nos ameaçam com um injustificado retrahimento, pretextanto temores, já de pressão por parte das auctoridades sobre os eleitores, já de falta de segurança nos cidadãos para a livre emissão dos seus suffragios. E' preciso demonstrar, não com palavras mas com factos, que esse temor é infundado e que é muito differente o mobil a que obedecem para retirar-se da lucta. Deixe V. S. livre campo aos candidatos da opposição, para que convoquem e reunam os seus partidarios e os levem tranquillamente ás eleições, e se alguem pensar em empregar a força contra elles ou contra os seus eleitores, não hesite V. S. em castigá-lo com mão firme, tomando as necessarias providencias para evita-lo, onde quer que haja o menor perigo de tumultos ou de violencias. Nunca V. S. deverá velar mais pela ordem publica que durante as eleições. V. S. deve esforçar-se por que os candidatos vencidos não possam nunca attribuir a sua derrota senão á sua falta de influencia nos districtos e ao desprestigio em que caíram as suas idéas.

O governo deseja que as futuras cortes sejam o reflexo da opinião do paiz. Não só não teme n'ellas a opposição, como até a deseja, pois sabe que só do choque das idéas brota a luz e só pela discussão podem depurar-se os principios em que ha de descançar a organisação da Republica.

Os problemas que vão examinar-se, uns politicos, outros economicos, são de grande transcendencia e resolução difficil. E só postos em face de theorias contrarias e opiniões diversas poderão ser apreciados sob todos os seus aspectos e ter a solução mais acertada para o bem do paiz.

Mas a corrente das nossas idéas é grande e incontestavel. As opposições, por maior que seja a sua liberdade e por heroicos que sejam os seus esforços, hão de ficar em notavel minoria e ser vencidas nos futuros debates. A Republica é já em Hespanha um facto consummado e analysando a historia das evoluções por que vão passando as idéas, não ha duvida que receberá por fim a fórma mais compativel com as nossas antigas tradicções, com a maneira como estão constituidas as nossas provincias, com as prescripções da sciencia e o natural desenvolvimento do principio da autonomia humana, solemnemente proclamado e sanccionado pela Revolução de Setembro.

A conveniencia, a lealdade, a razão, exigem pois de nós a conducta eleitoral que fica traçada. V. S., digno representante do governo na sua provincia, segui-la-ha sem duvida escrupulosamente, se ouvir ao mesmo tempo os mandatos do ministro que subscreve e os da sua propria consciencia.

Madrid, 5 de maio de 1873

Francisco Pi y Margall.

Sr. Redactor

Mandou V. e com razão para o muzeu dos coches o divertido dr. Lucena, que n'um sabujismo que roça pela imbecilidade, engraixou as botas do Pombal *humanitario,* a quem chamou o maior legislador dos tempos modernos. Mas o que V. não sabe é que este dr. Lucena pertenceu ao partido progressista durante 9 ou 10 annos. Por occasião da dictadura de João Franco, os progressistas d'Agueda não quizeram apoiar essa dictatura, e o dr. Lucena passou-se para o lado de Franco, que o nomeou administrador d'Agueda. No dia 2 de janeiro cobriu a villa d'Agueda de tropa para obstar ás manifestações que os progressistas e alguns republicanos de Agueda queriam fazer, como fizeram, contra a dictadura.

Na occasião em que o *Pombal humanitario* esteve preso (28 de janeiro) o dr. Lucena andava por Lisboa a pedir perseguições contra os que no concelho de Agueda combatiam a dictadura, tendo até mandado policia secreta para a villa de Agueda.

Pois o *Mundo*, que anda sempre a troçar de adheridos e de adherentes, e que diz que só devem ser recebidos os que no tempo da monarchia deram provas de patriotas, e de que não eram... *thalassas*, publica na primeira pagina a prosa do dr. Lucena, que, segundo a theoria do mesmo *Mundo*, é *adhesivo* da peor especie, pois trata-se de um *thalassa* authentico, que foi executor da dictadura de João Franco.

Só porque o Lucena lambeu as solas das botas do Pombal *humanitario*, o *Mundo* esqueceu o thalassismo do *engraixador* para fazer réclame á graixa distribuida pela obra do ministro da justiça com a mesma consciencia com que o mesmo dr. Lucena lhe daria uma descompostura, se lh'a tivessem encommendado.

Não quer isto dizer que os *thalassas* sejam indignos de pertencer ao partido republicano, pois que no partido franquista ha muitas pessoas de bem. O que simplesmente queremos provar é que o *Mundo* é mais uma vez incoherente e contradictorio, ora mal dizendo de uns adheridos, ora applaudindo outros, só porque uns ou outros são do *humanitario* ou contra o *humanitario*.

J.

Sports athleticos

Varas para saltos, cordas para lucta de tracção. Discos, etc.

Casa Senna.—Salão de Jogos
48, Rua Nova do Almada, 52 — LISBOA

Roletas

De grande precisão, proprias para grandes Casinos. Ficheiros em osso, marfim ou madre-perola.

Casa Senna—Salão de Jogos
RUA NOVA DO ALMADA, 52—LISBOA

O caso João Franco

Lê-se no *Diario de Noticias*, de quinta-feira ultima:

«O tribunal da Relação, na sua sessão de hontem, pronunciou-se sobre os aggravos interpostos pelos srs. João Franco e Malheiro Reymão do despacho do juiz de 1.ª instancia que os pronunciou, com admissão de fiança.

O tribunal julgou incompetente o juizo recorrido e o meio empregado para conhecer dos factos a que respeita a pronuncia e annullou todo o processo na parte respeitante a cada um dos aggravantes, dando portanto provimento ao recurso.

Do aggravo do sr. João Franco foi relator o sr. dr. Abel de Mattos Abreu e adjuntos os srs. drs. Basilio da Veiga e Pimenta de Castro e do do sr. Malheiro Reymão, relator o sr. dr. Basilio da Veiga e adjuntos os srs. drs. Mattos Abreu e Barbosa Vianna.

Ambos os aggravos foram tirados por unanimidade.

Os accordãos são bastante extensos e largamente justificados com a jurisprudencia seguida nos tribunaes e bastantes citações.

Segundo nos consta o tribunal teve em vista o disposto na Carta Constitucional, ainda não revogada, que confia á camara dos pares o julgamento dos ministros do Estado. Era a esta que, constituida em tribunal, competia pronunciar-se nos processos instaurados. A lei especial prevista na Carta Constitucional nunca chegou a ser decretada e a responsabilidade ministerial não obstante ter sido por varias vezes discutida nunca chegou a ser regulada.

O actual regimen supprimindo a camara dos pares não providenciou quanto aos casos occorrentes e que eram regulados pelo codigo politico, ainda não revogado.

Accresce o facto de não ter sido dissolvida a camara dos deputados, á qual competia pronunciar-se sobre a accusação, que sendo julgada procedente deveria ser apreciada em ultima instancia pela camara alta.

Foi tomado em consideração o facto de a lei penal não ter effeito retroactivo, senão na parte em que fôr favoravel aos criminosos, e ninguem pode ser sentenciado senão pela auctoridade competente, e a incompetencia em processo criminal produz nullidade insanavel.»

Por esta ainda nós não tinhamos dado! Mas define bem, mais uma vez, o valor do governo em geral e o do celeberrimo ministro da justiça, em especial. Porque não foi revogada a *Carta Constitucional?*

Por esta ainda nós não tinhamos dado, repetimos, mas olhem que é admiravel!

Esta é que mostra bem a ponderação, a attenção, o criterio com que fazem tudo aquelles historicos cabeças d'alhos!

Nós já os tinhamos visto, e toda a gente, e como taes aqui os temos apontado e fustigado, sem plano, sem methodo, sem objectivo real, á matroca, á mercê de todos os instinctos, de todas as paixões, dos mais mesquinhos sentimentos, das peores conveniencias, das mais comicas imbecilidades. Mas nem pelo diabo nos podia passar pela cabeça que elles se houvesssm esquecido de revogar a Carta Constitucional!

Porque não ha motivo nenhum para que não o houvessem feito. Nenhum! Inventem elles agora o que inventarem. Só se pode attribuir o facto a esquecimento, isto é, á leviandade, á falta de reflexão, de criterio, de juizo dos historicos cabeças d'alhos!

A Carta Constitucional fazia parte integrante da monarchia. Cahida a monarchia, só se comprehendia que subsistisse a Carta Constitucional se o governo provisorio fizesse o que em 1792 fez em França a Assembléa Legislativa, como em outra parte d'este semanario vae hoje relatado. Isto é, se o governo se limitasse a medidas d'expediente e de administração convocando immediatamente o corpo eleitoral para eleger a Assembléa destinada a reformar ou substituir as leis constitucionaes. Então, sim. E esse é que era o caminho correcto, o caminho direito, o caminho do respeito pela democracia, pela liberdade, pela soberania do povo, pela nação. Mas desde que o governo usurpou todos os poderes, desde que se investiu a si proprio na missão de *reconstituir,* como elles dizem, a *sociedade portugueza,* desde que metteu hombros á obra do *bota abaixo,* desde que resolveu dar á Constituinte um simples papel de *revisão,* apresentando-lhe *tudo feito,* não só não ha motivo para que não houvesse sido já revogada a Carta Constitucional, *como deveria ter sido esse o primeiro decreto do governo provisorio.*

Da mesma forma, e pela mesma razão, não ha motivo nenhum para que não fosse *immediatamente* dissolvida a camara dos deputados. Pois o ministro da justiça, *o maior legislador dos tempos modernos,* ainda na quarta feira ultima mandava dizer no seu orgão, aos povos abysmados, que *não ha dictadura,* que a dictadura *só existe quando o poder executivo usurpa as funcções do poder legislativo,* que o governo actual *não usurpou coisa nenhuma,* que recebeu da revolução *um mandato amplo* que lhe dá *não só o direito* **mas o dever de legislar,** que está dentro do seu papel (o de concentrar todos os poderes nas suas mãos) e *que d'elle não sahirá,* e sendo tudo isso assim conserva de pé, ao seu lado, a camara dos deputados?

O' vassoira nacional! O' historicos cabeças d'alhos!

Pois o governo depõe o rei, decreta a abolição perpetua da dynastia de Bragança, elimina o conselho d'Estado, supprime a camara dos pares, e *mantem* a Carta Constitucional?

Pois o governo supprime a camara dos pares e conserva a camara dos deputados?

O' vassoira nacional! O' historicos cabeças d'alhos! Sendo tudo isto aliás tão importante, embora pareça pequeno aos insignificantes, que pode importar graves complicações, em assumptos de magna importancia, como acaba de demonstra-lo a sentença d'um alto tribunal.

De resto, toda esta questão João Franco põe em relevo, novamente, os maus instinctos, os instinctos perversos, da demagogia feroz que, por mal dos nossos peccados, ahi está, de norte a sul, a governar-nos.

Estava suspenso o *Povo de Aveiro*, e nós preso e incommunicavel, quando surgiu esse caso. D'outra forma, te-lo-hiamos tratado desde logo. Ora áparte a questão juridica, que já está resolvida e que era aquillo que menos nos importava, *o que nós vimos immediatamente* foi a perfidia e a falta de coragem do governo provisorio.

Diz a Relação de Lisboa, e muito bem, que era á camara dos deputados que competia pronunciar-se. Evidentemente! Mas desde que o governo *usurpou todos os poderes,* desde que n'esta terra já não ha, como elles, os demagogos, proclamam a toda a hora, senão a lei *revolucionaria,* desviado o caso dos seus tramites regulares, só o governo poderia, em ultima analyse, substituir-se á camara dos deputados.

E tanto mais quanto o accusador parlamentar de João Franco, o auctor da proposta que, na camara, lhe exigiu responsabilidades, havia sido o ministro da justiça, Affonso Costa.

Como appareceu, então, o visconde da Ribeira Brava, um particular, e homem sem auctoridade, a reclamar o castigo do antigo dictador?

Como veio o governo *officialmente* declarar que se mantinha estranho a esse caso?

Vergonhosa doblez! Affrontosa falta de coragem!

Todo o mundo viu que Ribeira Brava não era mais que um instrumento da terrivel sanha official. Tudo o fazia suppôr. E a attitude da gazeta do ministro da justiça, do seu orgão na imprensa, veio tirar todas as duvidas que podessem restar. Era um facto demonstrado.

Essa gazeta, não só applaudiu calorosamente a conducta do famoso cidadão Ribeira Brava, não só continuou a incitar tudo e todos contra o ultimo presidente do conselho de ministros do reinado de D. Carlos, como acabou pelo escandalo do seu artigo *Falará a justiça,* na vespera do julgamento, terça-feira passada.

Escandalo, é certo. Attentado revoltante. Quasi um crime. E um crime vergonhoso.

José Estevão tinha, como todos os liberaes, os maiores aggravos do regimen miguelista. Esses, sim, que foram perseguidos cruelmente. Que andaram pelas prisões, pelo exilio, carregados de martyrios, accordando, ás vezes, em certos dias, para depararem com as cabeças d'entes queridos espetadas, como nos mais inhospitos e bestiaes sertões do continente negro, em postes — que horror! — defronte das janellas. Esses, sim, que tinham cortido as mais dolorosas amarguras, soffrido dores as mais crueis, terriveis perseguições de toda a ordem. Pois quando eram perseguidos os jornaes miguelistas pelo regimen liberal, os grandes nomes, as grandes figuras do liberalismo *offereciam-se* para os defender nos tribunaes. José Estevão, por exemplo, na celebre questão do *Portugal Velho.*

Agora estes, *que nada soffreram,* que usaram e abusaram da imprensa, da tribuna, de tudo, não cessam de pedir perseguições contra os adversarios!

Que nada soffreram, nem no tempo de João Franco! E' preciso, para esmagar estes especuladores, dize-lo muitas vezes e bem alto.

Que nada soffreram, nem no tempo de João Franco! João Franco, está dicto e redicto mas indispensavel se tornou repeti-lo a toda a hora, cahiu precisamente por ter sido d'uma extrema lenidade. Podia-os ter assado. Se elles soffressem d'outros a guerra que elles fizeram a João Franco, trabalharia por conta d'elles o trabuco, o punhal, o fuzilamento e a forca. Não ha a menor duvida. Elles, que estão sempre a falar *na sua generosidade!*

João Franco podia-os ter escorchado. Podia-os ter assado. Limitou-se a prende-los como auctores provados d'uma revolução armada! O rei morreu, João Franco cahiu, elles ficaram impunes, e para todos os homens d'alma e intelligencia a questão ficaria terminada. Pois não! Incessantemente pediram sangue! Incessantemente aconselharam terriveis represalias! E agora, que pozeram em pratica essa dictadura muito mais odiosa que a dictadura João Franco, que só não sobrenada em sangue porque, excepção feita do *Povo de Aveiro* que protesta com alguma energia, tudo está quieto e calado, e agora, que a unica lei é a vontade d'elles, e agora, que elles publicaram uma lei d'imprensa cem vezes peor que a lei de João Franco, e agora, que elles attentam gravemente contra a familia, contra a propriedade, contra tudo, e agora, que elles distribuem empregos e conezias pelos parentes, pelos amigos, pelos compadres, *o que João Franco* **nunca** fez, e agora, que elles põem automoveis até ás ordens de sargentos e soldados, o que João Franco seria incapaz de praticar, agora chegam a este extremo, a este extremo de violencia, odio e represalia: a publicar n'uma gazeta, tida e havida como recebendo directamente as impressões do ministro da justiça, um artigo prenhe de ameaças contra os juizes que não condemnassem os ministros franquistas em geral e João Franco em especial.

Os tribunaes hão de falar sobre os crimes dos dictadores e hão de julgal-os com decencia, e por forma que na opinião publica se restabeleça aquelle reconhecimento de prestigio e veneração que a monarchia arrancara á justiça portugueza. Falará a justiça de modo que a ella se não tenha de substituir a justiça popular. Os réus da dictadura são criminosos politicos, e criminosos communs, e da mais commum e sordida cathegoria. Não ha, na Republica, tribunaes nem juizes que ousem absolvel-os. Do contrario, o povo, no seu impeto, na sua justiça englobaria juizes e réus. A justiça dos tribunaes coincide com a justiça popular, n'esta causa onde se julgarão os crimes de tyrannos que, não satisfeitos em roubarem-nos as liberdades e as garantias politicas, ainda nos assaltavam a algibeira para liquidações falsificadas, negociadas sem pudor e sem sombra de consideração, sequer, pelos roubados. Estão condemnados! Não haverá juizes que despronunciem semelhantes criminosos.

Isto é espantoso! Isto prova o que já dissemos no domingo passado: não estamos em republica! Não estamos na Europa! Estamos em Africa, n'um sobado despotico, sob a pressão das azagaias d'um bando de cafres!

... Sr. Redactor.

Consummou-se o escandalo. O dr. Alberto de Sousa Larcher, juiz dos tribunaes do Egypto, passou á magistratura do reino em tempo da monarchia, mas sem designação de classe; agora o governo moralista da republica nomeou-o juiz da relação de Lisboa, sem que haja lei alguma que auctorise tal nomeação.

Foi um acto de despotismo alvar. E viva ella! Ficou a porta aberta para o mano Ovidio Alpoim.

O dr. Larcher serviu nove, ou dez annos como juiz nas possessões ultramarinas, e tinha direito a ser collocado em Portugal como juiz de direito de 3.ª classe, 1.ª instancia, como determina o Regim. da administração da justiça approvado por Dec. de 20 de fevereiro de 1894. Nada mais. Com que bullas foi, pois, guindado a professor da relação? Mero arbitrio, descarada prepotencia. Os cavalheiros que servem de juizes no Egypto, onde ganham muitas libras, em um meio social civilisado e onde abundam divertimentos e prazeres, não têm direito algum a que se attenda a esse serviço para fazerem carreira pela magistratura em Portugal.

Não ha lei alguma, absolutamente nenhuma, que o permitta.

Os juizes do ultramar, esses sim, têm direito a ser collocados nas relações de Portugal, depois de 15 annos de serviço judicial em terras insalubres, d'onde voltam sem vintem.

Entretanto, os magistrados de 1.ª instancia, que são gravemente prejudicados com o desaforo, calam-se e não protestam, porque não têm virilidade para reagir. Coitados, têm medo, e só merecem compaixão.

Ninguem tem culpa de ser o que é. Pois se até ha quem goste de chicote. Pobres creaturas!

Isto vae bem, e Homem Christo é propheta.

Y.

...Sr. Redactor

O governo provisorio diz que tem o paiz ao seu lado. Se assim é, porque não convoca as constituintes? A meu ver ha um meio facil de verificar que a grande maioria do paiz está com o governo provisorio e com o partido republicano. E' publicar o nome de todos os portuguezes que até hoje têm adherido á Republica perante as commissões municipaes e parochiaes. Sabendo-se qual é a população do paiz, fica-se logo sabendo se é exacta a affirmação. Publiquem-se os nomes ou o numero dos cidadãos matriculados, e saber-se-ha quantos republicanos ha hoje no paiz.

Creia, sr. redactor, que a desillusão ha de ser cruel. E quantos dos que cahiram na asneira de assignar o seu nome no *livro negro,* não estarão arrependidos de o ter feito?

V., com o seu alto criterio, deve levar, quem manda no partido republicano, a fazer esta experiencia, que porá em destaque o quanto se mente ao paiz e ao extrangeiro.

Se querem o paiz convertido á Republica, façam politica differente, aquella que tem sido aconselhada pelo *Povo de Aveiro.* Mas infelizmente para o partido republicano não vejo que os conselhos do *Povo de Aveiro* sejam seguidos.

A.

O POVO DE AVEIRO

Vende-se

Aveiro—Kiosque Viuva Pereira, ao Côjo.

Lisboa—Kiosque Elegante, Rocio; Tabacaria Novés, Rocio; Tabacaria Marécos, Rua do Principe 124, em frente do Avenida Palace; Tabacaria Felismino Paulo, Rua da Prata 205-207; Tabacaria Ingleza, Praça do Duque da Terceira (Caes de Sodré) 18; Tabacaria Batalha, Calçada da Estrella 15; Tabacaria Portugueza, rua da Prata, 16; Tabacaria Raphael dos Santos, rua do Ouro, 124; Tabacaria Bocage, Praça de D. Pedro 36; João Teixeira Frazão, Rua do Amparo, 52; Kiosque Oriental, Praça Duque da Terceira; Tabacaria Viegas, Rua dos Poyaes de S. Bento 102 a 104; Rozendo R. Gonçalves (Tabacaria Gonçalves), Rua de Santo Amaro 1 a 5; A. Ponte Ferreira, Rua Conde Redondo 133 Bairro de Camões; Havaneza dos Paulistas, Calçada do Combro 113; Tabacaria Godinho, Calçada da Estrella, 25; José dos Santos, Rocio, 108; J. D. Ferreira, Rua Saraiva de Carvalho 105 B.; João Rodrigues Mattos, Rua dos Cavalleiros, 97; Antonio Marques, Rua da Esperança, 210; José Francisco Martins, Largo do Calhariz, n.º 4; José Pires Gonçalves, Rua da Magdalena, 188-190; Kiosque Largo de S. Roque; Tabacaria Amelia, Rua de S. Pedro d'Alcantara, 47; Domingos Silva, kiosque do Largo do Intendente; Antonio Maria da Silva, largo de S. Domingos, junto ao Quartel General; Julio A. Meira, Rua d'Alcantara, 31-A; Tabacaria Monaco, Rocio.

PORTO—Tabacaria José Teixeira, Praça de D. Pedro, 9 e 10; Tabacaria de C. A. Guimarães, Rua Formosa, 290 A; Antonio Pinto, Praça de D. Pedro, 20; Alfredo Ribeiro da Costa, Rua da Lapa, 15-16.

Cadaval — José Siopa. **Moura**—José Fragoso de Lima Nunes. **Alcochete**—Joaquim Valentim. **Santarem** — Vende-se nas ruas. **Coja** *(Arganil)* — Antonio das Neves Pimenta. **Castello de Vide** — Antonio Lourenço Beliz. **Villa Viçosa** — Luiz Fillippe d'Abreu. **Vianna do Alemtejo** — Manuel Costa.

Louzã — Adelino P. Erse. **S. Bartholomeu de Messines**—A. Cabrita do Rosario. **Coimbra** — Tabacaria Central, Rua Ferreira Borges 27; Casa Feliz, rua Infante D. Augusto. **Oliveira do Hospital**—José de Mello Alves Brandão. **Gouvela**—Manuel A. Manta, Rua Braamcamp. **Leiria** — Jayme Monteiro. **Portalegre**—João Gervasio Coelho, Largo da Sé. **Vendas Novas**—Joaquim Maria de Andrade (*o Varino*). **Setubal** — Manuel Tavares. **Arronches** — Miguel Maria. **Certã** —Luiz da Silva Dias. **Santo Amaro (Oeiras)** — Francisco Mórem. **Mirandella** — Annibal Cunha.

Bragança—Manuel Benito. **Funchal**—Francisco de Senna Lisboa, Kiosque da Constituição. **S. João da Madeira** — Venda pelas ruas. **Oliveira d'Azemeis** — Venda pelas ruas. **Albergaria-a-Velha**—Venda pelas ruas. **Porto de Móz**—José Henriques. **Alandroal**—Armando Tavares de Moura Palhas, Pharmacia Caeiro. **Alemquer** — João Matheus da Silva Brito, Rua Direita. **Fáfe** — Almeida Guimarães & Alves. **Cabanas**—Julio Requixa. **Ponta Delgada** —**S. Miguel** — Café Tavares. **Guimarães** — Antonio Lopes Martins. **Esmoriz**—Paulino Rodrigues d'Almeida. **Olhão** Antonio de Souza Gouveia. **Molta do Ribatejo**—Victorino Soeiro. **Evora**—Felicio & Correia, rua Nova, 9.

Povoa de Varzim — Marques & Carneiro. **Ilhavo**—Estabelecimento de Bernardo Razoilo. **Mira** — João Simões Marques da Cruz. **Estoy** *(Algarve)* — Fernando Martins

Vizeu — Kiosques do Rocio; **Espinho** — Kiosque Reis; **Chaves** — Annibal de Barros. **Villa Real** — Kiosque Trindade, **Alvorninha** — Paulino da Silva Mendes. **Estoril** — Alfredo Pinto, Buffete da Estação. **Seixal** — Profirio Ferreira. **Mangualde** — Bento d'Almeida Campos. **S. Thiago de Cacem** — Joaquim Gervasio. **S. Pedro do Sul** — José Augusto d'Almeida. **Faro** — Francisco Matheus Fernandes **Cascaes** — José Jacintho D. Cabral, Tabacaria Aurea **Cortegana,** Alemquer—João dos Santos Pereira. **Paderne,** (Algarve) — Antonio Anacleto d'Oliveira.

Torres Novas — João Rodrigues Sentieiro. **Amarelleja — Moura** — Manuel Frade. **Castello Branco** — Vende-se pelas ruas. **Monte-mór-o-Novo** — Fortunato Reinata. **Tondella** — Adelino Simões. **Pedrogam Grande** — João Antonio Fernandes. **Idanha a Nova** — Christiano Pereira Barata. **Ançã** — José da Costa Neves. **Braga** — Manuel Gonçalves Vaz, Kiosque Gonçalves. **Taboa** — Francisco da Costa Carvalho. **Monsão** — João da Silva Guimarães. **Figueiró dos Vinhos**—José Miguel Fernandes David. **Pinhel** — Estabelecimento de D. Josephina da Silva Torres.

Vianna do Castello — No estabelecimento de Boaventura José de Carvalho; José Antonio d'Araujo Junior, Rua 8 de Maio, 122. **Lamego** — Joaquim Valente. **Elvas** — Luiz Samuel da Silva. **Agueda** — Eduardo dos Santos Trinta. **Covilhã** — João Pereira Saraiva. **Santa Cruz da Graciosa**—Antonio Ernesto Esteves. **Fundão** — Belarmino Barata **Guarda** — José da Silva. **Arganil** — José Baptista de Carvalho.

Nas Caldas da Rainha:
Tabacaria de José da Silva Dias.

BRAZIL

Rio de Janeiro — Livraria Schettino — Travessa do Ouvidor, 18; — Rua 1.º de Março (esquina da rua do Ouvidor) ponto dos Jornaes; Braz Lauria —Rua do Ouvidor, 181; A. Moura — Rua da Quitanda, 114; Gare da Estrada de Ferro Central.

Manaus — Agencia Freitas.

Santos—José de Paiva Magalhães, rua de Santo Antonio, 84, 86.

Pará — Agencia Martins, T. Campos Salles, 15.

Tornamos a pedir a todos os nossos assignantes o favor de indicarem sempre nas suas reclamações o numero da cinta.

"Cosmopolia,,

Revista mensal illustrada de litteratura internacional.

Redactor em chefe:

HOMEM CHRISTO, FILHO

Escriptorios da Redacção e Administração, da secção editora em todas as linguas, da organisação de traducções, salões de exposição e conferencias, gabinete de leitura contendo alguns milhares de volumes das litteraturas italiana, hespanhola, brazileira, portugueza, ingleza, turca, persa, allemã, hollandeza, japoneza, russa e revistas e jornaes de todo o mundo.

Séde provisoria:

Faubourg Poissonière, 111 — Paris

Com o concurso e collaboração effectiva dos mais eminentes escriptores e artistas da Europa e America, começará a publicar-se em janeiro de 1911 a **Cosmopolia,** que tem por fim tornar conhecidas e apreciadas em França as litteraturas extrangeiras, para o que consagrará cada numero a um determinado paiz do mundo, contribuindo tambem para o desenvolvimento da moderna litteratura franceza, facultando as suas columnas a todos aquelles que, ainda novos e ignorados do grande publico, se imponham, no emtanto, por um verdadeiro e solido talento litterario.

Cosmopolia será simultaneamente um grande *magazine*, contendo secções desenvolvidas sobre a vida mundana em todas as capitaes importantes, sobre modas, sports, etc., e estudos profundos sobre todos os assumptos que hoje preoccupam o espirito humano.

O 1.º numero a sahir em janeiro proximo, será dedicado a Portugal, revelando ao mundo o que é o nosso paiz sob todos os pontos de vista e analysando as transformações politicas porque acaba de passar e os planos do novo governo.

Este numero, destinado certamente a um largo successo, contém collaboração dos vultos mais eminentes da politica mundial e entrevistas sensacionaes.

Dadas as proporções colossaes que teem attingido os pedidos do 1.º numero, enviados de toda a parte, a Administração de **Cosmopolia** vê-se forçada, para regular a tiragem, a inscrever desde já os nomes d'aquelles que desejarem obtel-a.

Locaes de inscripção:

Em Paris: Faubourg Poissonière, 111.

Em Portugal: *Lisboa*—Tabacaria Monaco, Praça de D. Pedro.

Porto—Tabacaria José Teixeira, Praça de D. Pedro.
Coimbra—Livraria F. França & Armenio Azevedo.
Aveiro—Redacção do *Povo de Aveiro.*

ASSIGNATURAS

França: Anno—Serie de 12 numeros, 35 francos.
Extrangeiro: Anno — Serie de 12 numeros, 37 francos. America do Sul, uma serie de 12 numeros, 40 francos.

Empreza Cinematographica Ideal

Explorações cinematographicas. Unica empreza que tem o fabrico de fitas montado em Portugal nos seus magnificos *ateliers* do **Colleginho** e **Bom Sucoesso.**

—— 15, Loreto, 17 — LISBOA-PORTUGAL ——

Endereço telegraphico: — IDEALÃO

Aluguel e vendo de fitas e apparelhos. Completa montagem de animatographos exclusivos em Portugal das magnificas marcas de fitas *Vitagraph* e *Ambrosio.*

Agua da Curía

Semelhante á de ❋ ❋ ❋ ❋ ❋ CONTREXÉVILLE

Estimula a acção dos rins que são os filtros do corpo humano

Experimentae a ❋ ❋ ❋ ❋ AGUA DA CURÍA

Representante e depositario em LISBOA — **Humberto Bottino**

PRAÇA DOS RESTAURADORES, 31-H — TELEPHONE 3035

Arrematação

NO dia 25 do corrente mez, pelas 11 horas da manhã, á porta do Tribunal do Commercio, d'esta comarca, sito na Praça da Republica, d'esta cidade, vão á praça para serem arrematados por quem maior lanço offerecer acima d'um terço das respectivas avaliações, os seguintes titulos pertencentes e arrolados ao fallecido fallido Luiz da Silva Mello Guimarães, nos autos de fallencia das firmas d'esta praça Mello Guimarães & Irmãos e Carlos da Silva Mello Guimarães:

2 inscripções de assentamento da Junta do Credito Publico do valor nominal de 100$000 réis cada uma, com os n.os 17234 e 33146 e 10 inscripções de assentamento da mesma Junta, do valor nominal de 100$000 réis cada uma, com os n.os 31909, 33498, 55710, 73953, 71909, 82908, 88853, 89275, 99470 e 100823, tendo todos para receber o dividendo do 2.º semestre e seguintes. Sobre todos estes titulos pesa o encargo da caução e responsabilidade que o fallido tem para com a Fazenda Nacional como recebedor que era do concelho de Penacova, e só serão averbados a quem os arrematar, depois de liquidada e paga a responsabilidade que porventura pelo respectivo tribunal se liquidar.

Pelo presente são citados os credores incertos.

Aveiro, 3 de Dezembro de 1910.

Verifiquei. O Juiz Presidente, *Ferreira Dias.*
O escrivão do commercio, *Albano Duarte Pinheiro e Silva.*

Arrematação

NO dia 18 do corrente mez, pelas 11 horas da manhã, á porta do Tribunal do Commercio, d'esta comarca, sito na Praça da Republica, d'esta cidade, e nos autos de fallencia das firmas d'esta praça, Carlos da Silva Mello Guimarães e Mello Guimarães & Irmãos, vão á praça sem valor e em dois lotes, para serem arrematads e entregues a quem maior lanço offerecer, as dividas activas não cobradas das referidas firmas; e bem assim vae á praça e tambem sem valor para ser arrematada e entregue a quem maior lance offerecer, uma acção com o n.º 340 da Sociedade do Theatro Aveirense.

Pelo presente são citados os credores incertos.

Aveiro, 3 de Dezembro de 1910.

Verifiquei. O Juiz Presidente, *Ferreira Dias.*
O escrivão de commercio, *Albano Duarte Pinheiro e Silva.*

RECOMMENDA-SE O
PAPEL PARA CIGARROS
ESTRELLA
ALCATRÃO ESPECIAL

Á VENDA EM TODA A PARTE
CADA LIVRO 10 RS

J. WIMMER & C.º
LISBOA

LOTERIA
DA
Santa Casa da Misericordia de Lisboa

RÉIS
260:000$000

Extracção a
23 de dezembro de 1910

BILHETES
a 100$000 réis

VIGESIMOS
a 5$000 réis

A thesouraria da Santa Casa incumbe-se de remetter qualquer encommenda de bilhetes ou vigesimos, logo que seja recebida a sua importancia e mais 75 réis para o seguro do correio.

Os pedidos devem ser dirigidos ao thesoureiro, á ordem de quem devem vir os vales, ordens de pagamento ou outros valores de prompta cobrança.

A quem comprar 10 ou mais bilhetes inteiros desconta-se 3 o/o de commissão.

Remettem-se listas a todos os compradores.

Lisboa, 24 de novembro de 1910.

O thesoureiro.—*L. A. de Avellar Telles.*

O preço avulso do POVO DE AVEIRO é de 20 reis em todo o paiz.

Artigos graphicos

Os melhores, os mais baratos, os mais resistentes, são os da casa PEDRO, MIRANDA & C.ª SUC.res. Representante da Casa **J. G. Schelter e Guiescke** incontestavelmente a melhor fundição do mundo!

Material branco, **estrangeiro,** sempre em deposito, ao preço do nacional.

Pede-se a todos os srs. industriaes que não fechem as suas transacções sem consultarem os nossos preços.

Pedidos a

PEDRO, MIRANDA & C.ª Suc.res

Rua da Picaria, 59—PORTO

Telegrammas «ADNARIM» **Porto.**

Tinta de copiar a secco

Sem molhar o papel e conservando os copiadores como novos. Economia de tempo e trabalho. Excellente resultado na pratica. Ultima novidade. Descontos aos revendedores.

Deposito geral:

Rua de S. Paulo, 9, 1.º — LISBOA
TELEPHONE: 2378
Rua de Santa Catharina, 32, 1.º — PORTO

FARINHA LACTEA NESTLÉ
Alimento completo para crianças e pessoas edosas.

HOTEL UNIVERSAL

Proprietarios:
RAMIRES & C.ª
—Praça da Batalha—PORTO—

Hotel de primeira ordem installado no melhor sitio da cidade, com explendida sala de jantar, installações electricas, caixa de correio e explendidas casas de banho.

Preços diarios, a começar em 1$200 réis

Aguas CASTELLO DE MOURA

Explendidas e incomparaveis aguas de meza, com optimos resultados nas doenças da bexiga, rins, estomago, etc.

Deposito no norte do paiz:
26, Rua Mousinho da Silveira, 28
PORTO

AGENCIAS DE ANNUNCIOS
—DO—
POVO DE AVEIRO

Lisboa
L. de S. Domingos 20
JUNTO Á CALÇADA DO GARCIA

Porto
P. de D. Pedro, 9 e 10
TABACARIA TEIXEIRA

Bebam as Aguas Medicinaes
DO
CASTELLO DE MOURA

Os que soffram de HERNIAS (QUEBRADURAS) e as senhoras que tambem soffram de dilatação do ventre, descida e queda do utero, rim movel, eventrações, obesidade, etc., não devem deixar de ler o folheto illustrado, com mais de 80 gravuras, A HERNIA E A VERDADE SOBRE A SUA CONTENÇÃO, que se envia GRATIS a quem o requisitar ao orthopedico M. MARTINS.

170, RUA DA MAGDALENA, 172
Em frente da Rua de Santa Justa — LISBOA

Polpa Melaçada

E' hoje o alimento, por excellencia, preconisado para alimento dos cavallos, vaccas, porcos, ovelhas, etc., etc.

Unico importador para Portugal, Colonias e Brazil

Antonio Rosado Caeiro = Rua Augusta 240, 1.º-LISBOA

Vendas por grosso e retalho:
Rua do Amparo, 1 — Rua Nova do Almada, 98
Calçada do Marquez de Abrantes, 64

ACCEITAM-SE AGENTES EM TODAS AS TERRAS DE PROVINCIA

O melhor purgante e laxante sem dieta
PURGINA

Pequenas pastilhas doces e aromaticas — Preferidas pelas crianças e doentes exquisitos.

Portatil, commodo, efficaz e sempre activo.

Superior ás aguas mineraes, ás pilulas drasticas, aos pós nauseabundos, ás tisanas amargas e a tudo quanto se annuncia.

CAIXA, 310 réis — ENVIA-SE PELO CORREIO

Pharmacia Pombeiro
Rua de Cedofeita, 11 — PORTO

Plantas Americanas enxertadas

Vendem-se por 15, 20, 25 e 30$000 réis o milheiro.

Barbados a 4, 5 e 7$000 réis o milheiro.

MANOEL SIMÕES LAMEIRO
Costa do Vallade — Oliveirinha

O antigo 606
Tisana depurativo ASSIS
Segundo o processo de Faro

Todo o Portugal, Africa e Brazil, ha 40 annos, conhecem os effeitos garantidos contra a syphilis, d'esta maravilhosa preparação.

Deposito geral
ASSIS & COMMANDITA
Rua dos Douradores, 32, 1.º — LISBOA

No Porto:
SANTOS & SANTOS — Rua das Flôres, 36

FRASCO	6 FRASCOS
1$000 réis	5$400 réis

Typographia a vapor
—DE—
O POVO DE AVEIRO

TRABALHOS COMMERCIAES

N'esta typographia, montada com material extrangeiro de primeira ordem, todo o typo commum da casa *Bauer & C.º*, de Stuttgart, todo o typo de phantasia da mesma casa *Bauer* e da casa franceza *Turlot*, orlas e vinhetas decorativas *Turlot*, *Berthol*, de Berlim, e de *Klinkhardt*, de Leipzig, machinas de impressão, de picotar, de aramar, guilhotina, dos fabricantes allemães *Albert & C.ª*, de Frankenthal, *Ingenfrost*, de Leipzig, *Dietz & Listing*, de Leipzig, com uma esplendida collecção de typo especial e cartões para bilhetes de visita, com fornecimento de sobrescriptos e papel de toda a ordem, nacional e extrangeiro, executam-se, com a maxima perfeição e preços minimos, para qualquer ponto do paiz, com impressão a preto ou a côres, de simples texto ou gravura, todos os trabalhos da arte typographica, taes como: livros, revistas, jornaes, prospectos, facturas, bilhetes de loja, memoranduns, estatutos, circulares, etc., etc.

Toda a correspondencia é dirigida para Aveiro, a **Francisco Manuel Homem Christo,** *proprietario, director e administrador de* **O POVO DE AVEIRO.**

RUA D'ARNELLAS—AVEIRO

Bilhetes de visita desde 400 réis o cento